

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.503 - CE (2019/0311295-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE
ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE XIMENES ARAGÃO - CE014456
RECORRIDO : HORTÊNCIO FARIAS DE SOUZA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

APELAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXA DE ÁGUA E ESGOTO. INSURGÊNCIA PARA APLICAÇÃO DO ART. 290 DO CPC/73 (ATUALMENTE ART. 323 DO CPC/2015). IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO NAS PARCELAS VINCENDAS SEM A COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PARADIGMAS DO STJ. DESPROVIMENTO.

1. A Recorrente pretende a incidência do art. 290 do CPC/73 (atualmente art. 323 do CPC/2015), sob a perspectiva de que a obrigação consiste em Prestações Periódicas daí porque devem ser incluídas na condenação as parcelas vencidas no curso do processo.

2. In casu, torna-se inadmissível a inclusão na quantia devida de faturas vencidas por não se poder tê-las como prestações de trato sucessivo, visto que suscetível de alteração unilateral e variabilidade dos valores ao longo do tempo.

3. Assim, pois, Incabível a condenação do usuário pelo pagamento das parcelas que se vencerem no curso da lide, por depender o direito de cobrança referente ao fornecimento de água e esgoto da comprovação do efetivo consumo. Paradigma STJ.

4. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 94-105).

Em suas razões recursais, a parte recorrente defende a possibilidade de condenação do usuário do serviço público inadimplente ao pagamento das obrigações vincendas relativas à tarifa de água e esgoto.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de fundo se relaciona à prestação e à cobrança

Superior Tribunal de Justiça

por serviço público, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, X e XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator